

Artigos



HISTÓRIA COMPARADA: ATUALIDADE E ORIGENS DE UM CAMPO DISCIPLINAR

*José D'Assunção Barros**
jose.assun@globo.com

RESUMO: Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à história comparada – considerada aqui como um campo historiográfico específico –, bem como discutir as possibilidades e limites do método comparativo na história. Depois de uma discussão inicial sobre a situação da história comparada nos dias de hoje e algumas considerações sobre as origens dessa modalidade historiográfica, sobre sua definição e seus fundamentos, o texto examina alguns tipos e possibilidades de comparativismo histórico, discutindo autores como Marc Bloch, Toynbee e Max Weber. O principal propósito é atingir um maior delineamento desse campo de estudos.

PALAVRAS-CHAVE: história comparada, método comparativo, historiografia.

A ATUALIDADE DE UM CAMPO DISCIPLINAR

Quando Marc Bloch publicou, em 1928, o seu famoso artigo sobre a história comparada (BLOCH, 1963, p. 15-50), esta era apenas uma instigante promessa historiográfica. O mundo já conhecia os horrores da Primeira Grande Guerra, e outros horrores ainda maiores estavam por vir com a ascensão do nazismo e a eclosão do segundo grande conflito mundial. Respirava-se então, em uma parte pelo menos significativa da intelectualidade européia, um certo ar de desânimo em relação aos caminhos que tinham sido trilhados através daquele exacerbado culto ao nacionalismo que tanto caracterizara a estruturação dos estados-nações nos séculos anteriores. Mais ainda, de modo geral, os historiadores tinham desempenhado um papel bastante relevante na organização institucional dos estados-nações, na estruturação de arquivos para o registro da memória nacional, na construção de narrativas laudatórias que exaltavam cada nação em

* Professor de História da Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ).

particular, e que por vezes chegavam mesmo a conclamar indiretamente à guerra. Alguns, como François Guizot (1787-1874),¹ tinham mesmo ocupado postos governamentais, e outros, como Jules Michelet (1789-1874), chefiaram arquivos nacionais em seus países.² Agora, diante dos aspectos nefastos daquele processo de exacerbação nacionalista, que resultara em tão terrível desastre, era compreensível que, no complexo e multidiversificado circuito dos historiadores profissionais, surgissem aqui e ali os vestígios de um certo “mal-estar” da historiografia. Não era um sentimento necessariamente predominante em todos os países e ambientes, mas este mal-estar certamente se fazia presente.

Não é de se estranhar que, nesse mesmo clima de desapontamento em relação ao nacionalismo radicalizado – que de resto seguiria adiante pelas décadas vindouras – tenham-se fortalecido os primeiros sonhos de ultrapassagem dos antigos modelos propugnados por aquela velha historiografia nacionalista, que até então estivera sempre tão bem acomodada às molduras nacionais. É nesse ambiente que surgem os primeiros esforços de sistematização de uma história comparada – ou melhor, é nesse ambiente que emerge a assimilação mais sistemática do comparativismo histórico pelos historiadores profissionais. Comparar, veremos adiante, era de algum modo abrir-se para o diálogo, romper o isolamento, contrapor ao mero orgulho nacional um elemento de “humanidade”, e, por fim, questionar a intolerância recíproca entre os homens – esta que logo seria coroada com a explosão da primeira bomba atômica.

Se a história comparada fora na época de Marc Bloch pouco mais do que uma estimulante promessa, ou uma bem-intencionada tentativa de melhor compreender os vários povos do planeta, hoje ela pode ser considerada um campo intradisciplinar bem-estabelecido e com direito a uma rubrica própria. De resto, suas potencialidades vão bem além da simples intenção de comparar nações ou povos, e mesmo a história regional pôde se beneficiar eventualmente de uma composição estreita com as abordagens propostas pela história comparada. Os historiadores do imaginário, por fim, podem até mesmo colocar universos fictícios ou imaginários em uma comparação historiograficamente conduzida, se quisermos levar mais adiante a enumeração das trilhas que hoje se abrem para o comparativismo histórico. E a lista não terminaria certamente aí: “histórias de vida” paralelas (sejam biografias individuais ou coletivas), práticas culturais específicas, ou o próprio pensamento historiográfico em diferentes culturas ou sob a perspectiva de distintos autores – seria um interessante exercício de imaginação estabelecer a miríade de universos de observação que podem ser

contrapostos com vistas à comparação historiográfica, ou que já foram contemplados em trabalhos específicos realizados por historiadores ou cientistas sociais interessados no comparativismo histórico. Eis aqui um mundo de possibilidades.

Ao mesmo tempo em que a história comparada mostra ter conquistado nesse princípio de novo milênio o seu próprio mosaico de possibilidades – o que de resto sempre termina por ocorrer com qualquer campo disciplinar que, no seu processo de formação, vai incorporando novas complexidades –, é oportuno lembrar que essa modalidade historiográfica tem na verdade muitas origens, constituindo-se o texto de Marc Bloch apenas em um fundamento simbólico. Há, por assim dizer, uma espécie de pré-história da história comparada que remonta às demais ciências sociais e humanas – à sociologia ou à economia, por exemplo –, campos de saber que desde suas próprias origens, por vezes em vista de suas ambições generalizadoras, já vinham praticando o comparativismo com certa desenvoltura, inclusive o comparativismo diacrônico, isto é, no decurso de uma temporalidade.³ Depois disso, e já dentro do âmbito da filosofia da história, o materialismo histórico, proposto por Marx e Engels em meados do século XIX, teria aberto também uma inevitável trilha para ser percorrida nos séculos seguintes, uma vez que uma de suas propostas fundamentais era a de examinar a história dos modos de produção, projeto que dificilmente poderia ser realizado sem um atento comparativismo simultaneamente sincrônico e diacrônico, envolvendo sociedades e historicidades diversificadas. Já mais estritamente no âmbito dos historiadores profissionais, e já adentrado o século XX, podem-se identificar – à parte o marxismo mais diretamente interessado em historiar os modos de produção – pelo menos três novas vias para a história comparada: aquela amparada pela idéia de uma história total que fornecesse um quadro mais completo da história da Europa e talvez do mundo; a história das civilizações, na esteira de Spengler e Toynbee; e, por fim, o próprio modelo proposto por Bloch, uma história comparada, que deveria ser percorrida por uma problematização bem definida e através de um método sistematizado.

Para resumir a questão das origens da história comparada, teremos aqui uma espécie de polifonia a cinco vozes: uma linha de história comparada de bases sociológicas ou ambições generalizantes; a história comparada dos modos de produção; a história comparada das civilizações; a história total comparada; e a “história comparada problema”. Todas essas vertentes, por assim dizer, ofereceram alternativas e combinações de alternativas à

história comparada propriamente dita, que a partir do pós-guerra começa a se constituir em campo intradisciplinar específico.⁴

Mas antes de examinar mais atentamente as “origens”, e considerando por ora o complexo quadro atual em que começam a se sedimentar novos caminhos para o comparativismo histórico, o primeiro aspecto a se ressaltar é que tem crescido significativamente nas últimas décadas, e ainda mais particularmente nos anos recentes, o interesse pela história comparada – esta instigante modalidade historiográfica que, de saída, definiremos pela ocorrência de um duplo ou múltiplo campo de observações que é constituído pelo historiador, para além da utilização de uma abordagem necessariamente associada ao comparativismo histórico. O interesse crescente pela história comparada de fato existe, e os congressos científicos eventualmente o atestam de maneira bastante clara. Eis aqui um sintoma. Ainda que, dentro de um contexto de confronto em relação a outras modalidades historiográficas, possa-se qualificar como relativamente modesta a acumulação total de trabalhos relacionados mais diretamente à história comparada, a verdade é que pode ser detectado um interesse cada vez maior dos historiadores em pelo menos discutir as potencialidades dessa modalidade historiográfica. Dito de outra forma, mesmo que sejam relativamente poucos os que têm enfrentado mais resolutamente o desafio de “fazer história comparada”, “discutir a história comparada” é de alguma maneira uma moda historiográfica que tem conseguido impor de modo bastante expressivo a sua relevância acadêmica.⁵

Poder-se-ia indagar pelas causas dessa aparente não-sintonia entre uma quantidade menos significativa de realizações práticas de história comparada e o crescente interesse teórico-metodológico por ela. Poderemos imaginar algumas justificativas para esse distanciamento entre a prática concreta e o interesse teórico. Por um lado, comparar realidades histórico-sociais distintas – dependendo de quais estas forem – pode implicar a exigência de uma considerável erudição ou mesmo de vocações múltiplas. Quantos historiadores ou sociólogos estariam aptos a empreender um estudo historicamente transversal sobre o fenômeno urbano no Ocidente, como o que realizou Max Weber, ou mesmo comparar – com amplo conhecimento das fontes e fatos – as realezas francesa e inglesa, na Idade Média, dos reis taumaturgos, como fez Marc Bloch? A comparação entre unidades interculturais distintas, como a Europa ocidental e a China, por exemplo, implicaria a necessidade de uma conexão de conhecimentos ainda mais rara – e até mesmo a comparação entre realidades aproximadas no tempo, como o Brasil e a Argentina, não é tarefa das mais fáceis.

A formação do historiador ocidental é normalmente direcionada para a especialização em dois parâmetros habituais: a temporalidade e a espacialidade. Os especialismos na historiografia do Ocidente apontam normalmente para as épocas históricas – Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea – ou para espacialidades definidas, como a história da América, a história da África, a história do Brasil. Mais raros são os que se definem por dimensões históricas específicas – a história política, a história econômica, a história cultural – e entre estes muitos poucos os historiadores que conservam no seu horizonte a perspectiva de atravessar a sua dimensão de eleição transversalmente no tempo ou horizontalmente no espaço. Diante dessas tendências contemporâneas de partilha do saber historiográfico que beneficiam tão claramente a especialização na temporalidade ou na espacialidade – esta última uma espacialidade freqüentemente nacional – não é de se estranhar que seja uma empresa menos comum na historiografia o trabalho com a história comparada, esta modalidade historiográfica que se abre para a ruptura dos compartimentos em que a maior parte dos historiadores desejaria, talvez, se ver bem acomodada.

Por outro lado, o crescimento pelo fascínio teórico-metodológico em relação à história comparada possui outras motivações, que contradizem de algum modo as ausências de habilitações para um empenho maior na sua realização prática. Vivemos em um mundo onde, sobretudo nas últimas décadas, ampliou-se extraordinariamente a comunicação internacional e intercultural. Nunca tantas e tão diversificadas realidades culturais estiveram ao alcance das mãos, ou dos dedos que passeiam pelos teclados de computador, como agora. Nunca os meios de comunicação puderam transmitir, com tanta imediaticidade e eficácia, imagens e discursos de todas as partes do mundo como nos dias de hoje, e nunca cada acontecimento teve tanto poder de repercutir em outros – atravessando oceanos e fronteiras – como neste mundo globalizado, internetizado interligado. Vivemos sob uma torrente de estímulos para exercitar a comparação diariamente, e isto se reflete em uma historiografia que, destarte, ainda não forma seus profissionais, ou uma parte deles, com vistas à prática de um comparativismo que exigiria mais do que uma especialização monolítica. Talvez isso explique algo do crescente interesse teórico-metodológico pela história comparada em um contexto de realizações concretas em que não aparece ainda uma considerável massa crítica de trabalhos já realizados.

Com relação ao crescente interesse teórico-metodológico pela história comparada, vale lembrar que, já em outubro de 1980, a *American History*

Review, o mais destacado periódico historiográfico da América, considerou oportuno dedicar um número inteiro à discussão em torno dessa fascinante abordagem historiográfica, como que a prenunciar o crescimento do interesse teórico-metodológico pela área nas décadas seguintes, ao mesmo tempo em que se reconhecia um pelo menos expressivo conjunto de contribuições consistentes que já àquela altura permitia que se falasse da história comparada como uma modalidade muito bem definida no quadro geral das especialidades historiográficas contemporâneas, embora não tão densamente habitada pelos historiadores profissionais. Depois disso, não seriam raros os dossiês ou números temáticos sobre história comparada em algumas das mais relevantes revistas de história, sendo oportuno citar o n. 17 da revista *Gênesis*, com seu dossiê sobre “o comparativismo na história” a partir do exemplo franco-alemão (1994). Por fim, nesse mesmo meio tempo foi lançada uma revista inteiramente especializada em história comparada, a *Comparative Studies in Society and Story*.

No intuito de melhor delimitarmos a reflexão que estará sendo desenvolvida neste ensaio, consideraremos que a história comparada é, antes de mais nada, uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade, já que se refere tanto a um “modo específico de observar a história” como à escolha de um “campo de observação” específico – mais propriamente falando, o já mencionado “duplo campo de observação”, ou mesmo um “múltiplo campo de observação”. Situa-se, portanto, entre aqueles campos históricos que são definidos por uma “abordagem” específica – por um modo próprio de fazer a história, de observar os fatos ou de analisar as fontes. Resumindo em duas indagações que a tornam possível, a história comparada pergunta simultaneamente: “o que observar?” e “como observar?”. E dá respostas efetivamente originais a essas duas indagações.

Talvez aí esteja precisamente o que há de mais instigante nessa abordagem historiográfica: o fato de que, em função dessas duas indagações que parecem constituí-la na sua essência mais íntima, a história comparada sempre se mostra como um insistente convite para que o historiador repense a própria ciência histórica em seus dois fazeres mais irredutíveis e fundamentais – de um lado, o “estabelecimento do recorte”, e, de outro lado, o seu modo de tratamento sistematizado das fontes. Em suma, a história comparada tanto impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades socioeconômicas, políticas ou culturais distintas, como, de outro lado, essa mesma história comparada parece imprimir, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade a cada instante atualizada

de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças.

A história comparada, desse modo – ao impor àqueles que a praticam um novo modo de pensar a história na própria construção de seu recorte, bem como um modo bastante específico de trabalhar sobre as realidades históricas assim observadas –, revela-se uma oportunidade singular para que se repense a própria história em seus desafios e em seus limites. Talvez seja isto, mais do que tudo, o que tem contribuído para fazer da história comparada uma matéria privilegiada para um intenso debate entre os historiadores nos seus encontros profissionais, mesmo que ainda não exista uma quantidade tão considerável de trabalhos relacionados mais diretamente a essa modalidade, quando a cotejamos com outros campos históricos mais habitualmente freqüentados pelos historiadores.

O crescimento do interesse temático pela história comparada nos encontros científicos e em artigos acadêmicos – sintoma muito claro do crescimento dessa abordagem historiográfica nos últimos anos – leva-nos, contudo, a indagar, agora sim, pelas suas origens, pela natureza epistemológica desse tipo de conhecimento, pelos aportes conceituais possíveis e metodologias disponíveis. De princípio, refletiremos sobre a própria palavra –, o próprio gesto metodológico e conceitual que funda essa abordagem: o que é comparar? Por que se compara? O que se espera com a comparação? O que se pode comparar?

Antes de mais nada, consideraremos que comparar é uma forma específica de propor e pensar as questões. Frequentemente nos deparamos com essa forma intuitiva de abordagem quando nos deparamos na vida cotidiana com situações novas, e nesse caso a comparação nos ajuda a precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças. Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha.

A comparação nesse momento – diante do desafio ou da necessidade – impõe-se como método. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda essa prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes, será possível ainda a prática da “iluminação recíproca”, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois

objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente.

Já nesses níveis de análise, a comparação não mais se mostra um mero gesto intuitivo, mas sim um método que oferece àquele que a utiliza determinadas potencialidades e certos limites, forçando-o antes de mais nada a definir o que pode e o que não pode ser comparado, a refletir sobre as condições em que essa comparação pode se estabelecer, a formular estratégias e modos específicos para a observação mais sistematizada das diferenças e variações, acrescentando-se ainda a necessária reflexão de que alguns tipos de objetos permitem este ou aquele modo de observação e de análise, e não outro. Seria oportuno, então, indagar pela natureza do momento em que o gesto comparativo passa da prática intuitiva e espontânea para um outro patamar, no qual se erige em método, em escolha tornada consciente e acompanhada de autocrítica, de procedimentos, de sistematização.

A PRÉ-HISTÓRIA DA HISTÓRIA COMPARADA

Os modernos usos do comparativismo na reflexão sobre a vida humana e social, já como tentativa de constituir uma metodologia mais sistemática, remontam ao iluminismo do século XVIII, sem demérito de outras experiências que poderiam ser lembradas. Apenas para dar um exemplo entre outros, já no *Espírito das leis* (1748), de Montesquieu, o método comparativo adquire um maior delineamento no contexto da história filosófica do período iluminista. O programa inicial dessa obra era o de formar um catálogo de tipos de sociedades, identificando as práticas e soluções institucionais a eles relacionadas; contudo, longe de se limitar a uma simples descrição dos diferentes sistemas legais, o objetivo último de seu comparativismo era encontrar as características gerais que distinguiam um sistema do outro. Da mesma forma, mostra-se claramente nessa obra a busca

iluminista das leis e determinações gerais que regeriam as sociedades humanas – desde as condições climáticas e naturais que orientariam a formação das diferentes índoles humanas até a relação do espaço com o tipo de organização política que surgiria mais espontaneamente. Assim, enquanto o calor excessivo estimulava uma certa letargia nos comportamentos humanos, os grandes espaços abertos da Ásia estimulariam o despotismo na sua forma oriental; de igual maneira, a fertilidade do solo e o padrão de subsistência desta ou daquela sociedade historicamente localizada influenciariam os usos e costumes de uma *politeia*, de modo que a função do legislador era buscar um equilíbrio entre todos esses aspectos.

Se, por um lado, o método comparativo alcançou prestígio entre os filósofos historiadores associados à corrente iluminista, por outro, também se ergueram na mesma época as críticas à utilização do comparativismo, com vistas a analisar sociedades históricas. O mais contumaz desses críticos foi Herder (1744-1803), que em 1774 publicou um livro intitulado *Mais uma filosofia da história* (1774), em que considera frontalmente a impropriedade de utilização da comparação para essas realidades essencialmente ímpares que seriam as sociedades historicamente localizadas:

A fim de sentirdes a natureza integral da alma que reina em cada uma das coisas [...] não limiteis a vossa resposta a uma palavra, mas penetrai profundamente neste século, nesta região, nesta história inteira, mergulhai em tudo isto e senti tudo isto dentro de vós próprios – só então estareis em situação de compreender; só então desistireis da idéia de comparar cada coisa, em geral ou em particular, com vós próprios. Pois seria estupidez manifesta que vos considerásseis a quinta-essência de todos os tempos e todos os povos. (HERDER, 1969, p. 182)

Ao “método comparativo” proposto entusiasticamente pelos iluministas, com vistas à identificação de uma identidade fundamental de uma natureza humana que estaria presente em todas as sociedades – método criticado por Herder como passível de produzir “anacronismos” –, a história romântica do final do século XVIII propunha que o historiador se empenhasse em perceber através da “empatia” as especificidades e singularidades de cada sociedade histórica examinada. O método da compreensão empática – se pudermos chamá-lo assim – buscava evitar o que para os historiadores românticos estaria necessariamente envolvido na comparação de sociedades distintas: a distorção das características marcantes e singulares de cada uma, terminando por produzir uma mera abstração que na verdade não corresponderia a sociedade alguma. Ou seja, em um universo de estudos em que

“cada forma de perfeição humana é, num certo sentido, nacional e temporalizada, e, considerada de modo mais específico, individual” (HERDER, 1969, p. 182), a imposição de classificações alheias e anacrônicas em relação às realidades históricas examinadas comprometeriam, segundo Herder, os resultados dos trabalhos historiográficos. Essa perspectiva de que a história de cada povo ou realidade social específica é particular, irrepetível, e de certa maneira incomparável com outras seria oportunamente retomada por historicistas do século XIX.

À parte as críticas românticas, os exemplos do comparativismo iluminista registram, enfim, a intenção de utilização da “comparação”, como caminho ou método, para a observação das sociedades, e, mais propriamente ainda, como recurso para a percepção da natureza humana, das leis universais que estariam por trás da história, do desenvolvimento da razão, segundo a concepção que pautava a principal tendência iluminista. Mas foi durante o processo de formação das diversas ciências sociais e humanas no século XIX, enquanto campos disciplinares mais bem delimitados, que a “comparação” tornou-se uma forma ainda mais sistemática de conhecimento capaz de colocar em contraste sociedades distintas ou grupos sociais diversificados. As contribuições vinham nesse período quase que exclusivamente do âmbito da sociologia e da antropologia, por razões que poderemos discutir, e apenas excepcionalmente os historiadores da época aventuraram-se mais audaciosamente no uso sistemático do comparativismo para compreender sociedades distintas na história, tal como foi o caso de Charles Langlois, ao desenvolver na passagem do século um trabalho que propunha colocar em confronto a França e Inglaterra do período medieval. O mesmo se pode dizer de dois conhecidos ensaios de Otto Hintze, ambos datados de 1897, nos quais o que se propunha era a articulação dessa abordagem comparativista com a história dos Estados Modernos (HINTZE, 1974).

Podem ser identificadas razões específicas para essa profusão de trabalhos sociológicos que se propunham ao comparativismo social, quando comparada à escassez de propostas similares no grupo dos historiadores oitocentistas e das primeiras décadas do século XX. De um lado, com a crescente preponderância das correntes historicistas em detrimento da história positivista propriamente dita, passara a grassar cada vez mais entre os historiadores oitocentistas o estatuto de uma história que deveria estudar o único e irrepetível, e em certa medida, portanto, o “incomparável”. Os desenvolvimentos históricos do historicismo pareciam reeditar, no que concerne à possibilidade de utilização do comparativismo histórico, a posição da história romântica diante das ambições generalizantes da história ilumi-

nista. De outro lado, tinha-se nesse mesmo momento a emergência e consolidação de uma sociologia comparada que nascera sob a égide de um positivismo de origem francesa e que, de certo modo, era herdeiro dos antigos pressupostos iluministas de que as sociedades humanas seriam regidas por leis naturais, invariáveis e independentes da vontade e ação humana, e passíveis de serem apreendidas pelos cientistas sociais.

Enquanto isso, também na economia já se vinha praticando o comparativismo com propósitos generalizadores. Ainda no século XVIII, no momento mesmo da fundação da economia política inglesa, Adam Smith propunha-se a empreender algumas comparações com vistas a formular sua teoria sobre *A riqueza das nações* (1776). Ao examinar a relação entre a agricultura e a irrigação na China e nos outros países asiáticos, objetivava contrastá-la com as cidades ocidentais européias, já caracterizadas pelas manufaturas e pelo comércio. Seu objetivo final fora chegar a uma generalização que propunha compreender os desenvolvimentos humanos a partir de quatro estágios históricos – caça, nomadismo, agricultura e comércio. As “tribos indígenas da América do Norte” são evocadas como o típico exemplo de “nações de caçadores, o grau de sociedade mais baixo e mais rudimentar”; os tártaros e os árabes aparecem como “nações de pastores, um estágio de sociedade mais avançado”; e os antigos gregos e romanos surgem como um exemplo mais acabado das nações de agricultores, “um estágio de sociedade mais avançado ainda” (SMITH, 1976).

As ciências sociais e humanas que se consolidavam no século XIX pareciam se apartar em alguma medida da concepção histórica que passara a preponderar com a supremacia historicista. Fundado na ambição de identificar “leis gerais” para o comportamento humano e para os processos sociais, o modelo sociológico então preponderante no século XIX parecia autorizar aos sociólogos o uso do comparativismo como instrumento fundamental de análise, permitindo que eles situassem em um mesmo quadrante cronológico diversas sociedades, com o fito de compará-las para convalidar a idéia de que as ditas “leis gerais” seriam aplicáveis a todas essas sociedades.

Essa perspectiva, quando associada a um evolucionismo que também havia tomado impulso na mesma época com as propostas darwinianas, vinha freqüentemente atravessada pela idéia de comparar as várias sociedades em relação ao padrão que seria considerado o ponto mais alto da evolução até o instante considerado – e, portanto, o ponto privilegiado para a observação da ação das leis naturais que conduziriam inevitavelmente à evolução ou ao progresso, para colocar a questão nos próprios termos

positivistas. Estabelecida uma espécie de *continuum* histórico, seria possível situar e classificar dessa maneira as diversas sociedades através da mútua comparação, e sobretudo através da comparação de todas com aquela sociedade que seria pretensamente considerada o ponto privilegiado a ser atingido – a própria civilização ocidental. Desse modo, esperava-se aferir o grau de evolução de cada sociedade ou, em certos casos, identificar com clareza os desvios de uma sociedade em relação ao caminho que poderia ou deveria conduzir ao padrão civilizacional trazido pelas sociedades européias.

As diferenças, como se pode ver com clareza, eram aqui acomodadas sutilmente em um discurso que buscava precisamente salientar através do contraste a superioridade de alguns povos em relação à inferioridade de outros. É muito interessante notar desde já que esse tipo de proposição nada tinha de ingênuo e que trazia consigo estratégias de dominação cujos sintomas mais claros foram os diagnósticos e propostas de políticas de intervenção encaminhadas por alguns organismos internacionais na educação e sistemas culturais de países que eram considerados subdesenvolvidos, sempre considerando como padrão as metas e realizações dos países considerados desenvolvidos do ponto de vista europeu. Ao mesmo tempo, um comparativismo que ambicionava combinar a observação das características biológicas aos modos de comportamento do homem em sociedade dava origem às teorias racistas mais sistematizadas, como bases para essa mesma dominação.

É muito interessante observar que, se aqui a comparação era o instrumento por excelência para impor o etnocentrismo – a identificação da “diferença” como signo do inferior ou quando muito do “exótico” –, a abordagem comparativa seria no século XX utilizada por antropólogos e historiadores para romper ou questionar esse mesmo etnocentrismo a partir de uma compreensão da diferença como um valor positivo. Para tal, o ato de comparar deveria vir nesse segundo momento acompanhado da recusa em reconhecer como um ponto de hierarquia mais alto o lugar de onde o cientista social fala e observa a sociedade não-ocidental em estudo. Isso seria tarefa pioneira dos antropólogos, em sua conquista gradual de uma compreensão mais rica da alteridade, e com ele os historiadores – tanto os motivados pela Escola dos Annales quanto os motivados pelos novos marxismos – aprenderiam cada vez mais a se libertarem dos horizontes etnocêntricos com vistas a compreender as sociedades no tempo.

Vale ainda lembrar que o comparativismo se tornaria um instrumento importante mesmo para as correntes sociológicas que logo passaram a

questionar a precedência de “leis gerais” na análise social, e que propunham como ponto de partida uma sociologia indutiva que partisse da observação empírica. A corrente liderada por Durkheim, por exemplo, advogava entre as suas “regras do método sociológico” (DURKHEIM, 2002) o chamado “método das variações concomitantes”, que se propunha a examinar para uma determinada problemática o maior número possível de casos, de modo a identificar padrões de causa e efeito. O seu método comparativo, portanto, era aqui indutivo – partia dos estudos de caso para somente depois alcançar a construção das formulações mais amplas.

A HISTÓRIA COMPARADA DAS CIVILIZAÇÕES, A HISTÓRIA TOTAL COMPARADA
E A SOCIOLOGIA HISTÓRICA COMPARADA DE MAX WEBER

Se o comparativismo fora uma exceção entre os estudos históricos até as primeiras décadas do século XX, tudo mudaria após a Primeira Grande Guerra. Esse traumático processo histórico, conforme veremos mais adiante, introduz de algum modo um verdadeiro corte epistemológico em muitas das ciências humanas, ou pelo menos instaura preocupações inéditas e que estavam longe de ocupar os horizontes mentais dos cientistas sociais do século anterior. A rejeição dos horrores da guerra, em alguns casos, ou a resignação pessimista, em outros, parece ter de alguma maneira forçado ao olhar mais abrangente os historiadores que até então vinham se acostumando aos paradigmas das histórias nacionais ou de cunho meramente político. Começam a surgir nesse período, seja da parte de historiadores de formação ou de sociólogos que passaram a investir em uma “sociologia histórica”, os primeiros trabalhos voltados francamente para a comparação de sociedades distintas. Parece eclodir em boa parte da intelectualidade do entre-guerras um desejo profundo de compreender o que de fato acontecera e permitira a condução da humanidade europeia ao primeiro conflito mundial, e isto já não parecia possível dentro dos meros limites das histórias nacionais, isoladas umas das outras.

O primeiro domínio historiográfico a abrigar a nova perspectiva metodológica fundada no comparativismo entre sociedades distintas foi o da história das civilizações, aparecendo aqui as obras de Oswald Spengler (1879-1936) e de Arnold Toynbee (1889-1975) como os exemplos mais notáveis. Spengler estava interessado em examinar os destinos de uma cultura específica, a da civilização ocidental, mas considerou que, para realizar esse intento, seria necessário contrapô-la às demais civilizações históricas conhecidas. Propôs-se, então, em uma obra que lançaria com

grande impacto em 1918, examinar as oito civilizações históricas por ele mesmo identificadas, considerando-as como organismos sujeitos a um mesmo ciclo vital que seria marcado pelas inevitáveis etapas do nascimento, juventude, maturidade, senilidade e morte (SPENGLER, 1926-1928). Seu método comparativo amparava-se na idéia de buscar diferenças entre essas civilizações – específicas embora homólogas no que concerne à sua inevitável sujeição ao ciclo vital –, de modo a extrair dessas diferenças comparadas a feição específica de cada uma. Ao mesmo tempo, Spengler perseguia também as analogias entre as diversas civilizações no que concerne à passagem de um estágio a outro, editando mais uma vez a ambição de generalizar os desenvolvimentos históricos das sociedades humanas.

Embora tenha sido um leitor bastante interessado em Spengler, Arnold Toynbee (1889-1975) chegara à ambição de construir uma história das civilizações por um caminho distinto, e que de certo modo era tanto uma contra-resposta ao modelo das historiografias nacionais típicas do século XIX como uma resistência diante da tendência monográfica do século XX, que já começava a render seus frutos sob a forma de “estudos de caso”, ou mesmo das primeiras monografias de história regional que logo atingiriam, em meados do século XX, o seu primeiro momento de intensa profusão. Com relação à velha história política inspirada pelos exacerbados sentimentos nacionalistas que se ancoravam na estrutura inflexível de cada estado-nação, Toynbee acreditava que teria sido precisamente esse sentimento nacionalista o principal responsável pelos massacres expressos pela Primeira Grande Guerra, entre os anos 1914 e 1918, e a isso contrapunha a idéia de que não seria possível compreender a história universal – a única que valeria realmente a pena – nos quadros estreitos dos estados-nação. Estes, para ele, não seriam mais do que membros de um corpo bem maior, a civilização, de modo que seria extremamente perniciosa a sua particularização em histórias isoladas – contrapartida do recíproco digladiamento de que fora testemunha a Grande Guerra. Assim, para Toynbee, seria preciso sempre partir do todo – a história das civilizações –, para somente depois atingir as suas partes, representadas pelas histórias dos povos e nações.

Ao mesmo tempo em que rejeitava veementemente a história política e estatal aprisionada pelas molduras nacionais – à qual contrapunha a antítese de um padrão historiográfico que traria os conceitos de cultura e civilização para o primeiro plano⁶ –, Toynbee também acreditava que a história monográfica, atravessada por esse hiper-especialismo que seria tão característico do mundo contemporâneo, era na verdade uma espécie de “perversão inerente à sociedade industrial”, um “estreitamento de hori-

zontes” (TOYNBEE, 1934, p. 27). Nessa crítica à historiografia monográfica, aliás, Toynbee deve ser situado em campo adverso à posição assumida por Lucien Febvre em 1922, que em *A terra e a evolução humana* sustenta uma proposta de estímulo à produção monográfica com vistas à realização de uma espécie de “mega-história comparada”, simultaneamente construída a muitas mãos e a partir de um movimento de baixo para cima:

Quando possuírmos mais algumas boas monografias regionais novas – então, só então, reunindo seus dados, comparando-os, confrontando-os minuciosamente, poderemos retomar a questão de conjunto, fazer com que dê um passo novo e decisivo – tenha êxito. Proceder de outro modo, seria partirmos, munidos de duas ou três idéias simples e grosseiras, para uma rápida excursão. Seria, na maioria dos casos, deixarmos de ver o particular, o indivíduo, o irregular, isto é, em suma, o mais interessante. (FEBVRE, 1922, p. 90)

O interesse pelos regionalismos, contudo, passava muito longe das preocupações de Arnold Toynbee. Ambicionando fazer da história algo mais grandioso, que pudesse transformá-la em um monumental instrumento para a compreensão humana e para uma explicação da crise que o Ocidente expressara a partir das duas guerras mundiais, o historiador inglês pôs-se entre 1934 e 1961 a examinar comparativamente a história do mundo, até identificar 21 civilizações para as quais estava particularmente preocupado em estabelecer analogias válidas, ao mesmo tempo em que buscava rejeitar o pessimista “ciclo vital” proposto por Oswald Spengler. Embora reconhecendo como um dos modos de desenvolvimento da humanidade o aspecto “cíclico”, Toynbee matizava-o com outro aspecto igualmente importante – o modo de desenvolvimento progressivo. Se as civilizações podiam decair, também tinham a possibilidade de saírem-se bem-sucedidas em uma espécie de “luta pela sobrevivência”, bem ao estilo darwinista, na qual desempenharia um papel importante um mecanismo de “incitação e resposta”, que seria o verdadeiro motor das civilizações. Entre a contemplação do pessimista “ciclo vital” proposto por Spengler e a bem calculada adaptação da idéia de um “mecanismo de incitação e resposta”, importado da teoria evolucionista de Darwin, a obra de Toynbee flutua sobre o pessimismo e a esperança.

Com vistas a comprovar esse modelo mais acabado, Toynbee, embora admitindo a idéia de “declínio de civilizações”, também incorpora a idéia de “sobrevivência das civilizações” e dedica-se a um sistemático comparativismo histórico amparado em uma vasta erudição. Seu ponto de partida fora o trauma da Primeira Grande Guerra, este que também motivaria a

emergência de outros projetos de história comparada, como o de Bloch ou o de Pirenne. Com relação ao impacto da Primeira Guerra Mundial na obra de Toynbee, é oportuno lembrar que, em seu depoimento intitulado “Minha visão de história”, Toynbee identifica-se sintomaticamente com o historiador grego Tucídides, com a sua motivação de encontrar na história as causas para o trágico desastre da Guerra do Peloponeso – esse conflito de inúmeras batalhas entre os antigos atenienses e os espartanos que terminaria por arruinar definitivamente a civilização grega. Comparando o conflito mundial de 1914 aos conflitos do Peloponeso entre os gregos antigos – e a si mesmo com o antigo historiador grego que tanto se impressionara com a tragédia ateniense-espartana –, Toynbee formulara para si mesmo a idéia de que a civilização ocidental e a civilização helênica possuíam não apenas aspectos em comum como também tinham sido levadas a percorrer uma trajetória análoga de ascensão, apogeu e declínio.

A possibilidade de comparar civilizações distanciadas no espaço e no tempo, desta maneira, tomou forma como um projeto que visava compreender a humanidade através da iluminação recíproca entre as suas diversas civilizações históricas. O resultado desse grandioso empreendimento que se fundou sobre o atento exame de diversificadas civilizações foi a monumental obra *Um estudo de história*, edificada em doze volumes que faziam do comparativismo histórico uma verdadeira missão.

Será oportuno ressaltar que o próprio plano fundador do *Estudo da História* de Toynbee já traz a evidência de que, desde o princípio, o historiador inglês já se colocava diante da questão de construir sistematicamente uma autêntica história comparada das civilizações, e não diante da perspectiva de elaborar uma história das civilizações construída a partir da superposição de estudos históricos de civilizações distintas.

- (I) – Introdução – A gênese das civilizações
- (II) – O crescimento das civilizações
- (III) – O colapso das civilizações
- (IV) – A desintegração das civilizações
- (V) – Estados universais
- (VI) – Igrejas universais
- (VII) – Idades heróicas
- (VIII) – Contatos entre as civilizações no espaço
- (IX) – Contatos entre as civilizações no tempo
- (X) – Ritmos das histórias das civilizações
- (XI) – As perspectivas da civilização ocidental
- (XII) – A inspiração dos historiadores

A perspectiva de uma autêntica história comparada, como se vê, atravessa de alto a baixo o roteiro da monumental obra de Toynbee. Para, além disto, será importante situar ainda a história comparada das civilizações produzida pelo historiador inglês em um duplo contraste esclarecido pelo próprio autor. Esta deveria guardar distância não apenas em relação à velha crônica política dos estados-nacionais e à “história dos grandes homens” apregoada por Carlyle no século XIX, como também em relação à história edificada sobre a busca da descrição das forças produtivas e seus conflitos de classe, como propunha a filosofia da história trazida pelo marxismo. Para Toynbee, a história deveria se ocupar da análise de questões bem mais amplas, ao nível das civilizações, e era essencialmente este o seu projeto de história comparada.

As contribuições de Spengler e Toynbee fundaram uma linha de reflexão que se estendeu para as gerações seguintes, embora sem maior impacto, sendo oportuno observar que bem mais tarde, já no fim do século XX, a análise comparativa de civilizações seria retomada com maior vigor por autores como Samuel Huntington (1997), preocupado com *O choque das civilizações*.⁷ De qualquer maneira, é importante salientar que não partiu apenas de Toynbee a única crítica às molduras nacionais que aprisionavam o velho modelo de história preconizado no século XIX. Longe disto, tal como já fizemos notar no início deste ensaio, esta era na verdade uma reivindicação de diversos dos historiadores do entre-guerras, e o mais claro sintoma disto foi um congresso realizado em Bruxelas, onde se discutiu intensamente a necessidade de superação do modelo das histórias nacionais aprisionadas em compartimentos estanques. Ao lado da história das civilizações, proposta por Spengler e mais tarde por Toynbee, começava a surgir desde ali também uma outra resposta, a de uma história total que considerasse o conjunto de nações europeias em sua relação recíproca – este era o objetivo de Henri Pirenne (1862-1935) ao propor o uso da comparação com vistas a construir uma *História européia* (PIRENNE, 1981).

Embora a *História européia*, de Pirenne, priorize a dimensão econômica, e ainda se restrinja ao âmbito europeu, postulamos que se encontram aqui os primórdios de uma ambição comparativa totalizante que mais tarde terminaria desembocando no modelo de história total preconizado pelo Fernando Braudel das “economias-mundo” – incorporando-se aqui outras preocupações como a cultura, as relações do homem com o espaço, ou mesmo com a política já em um novo sentido que não o do século XIX. Mas por ora atenhamo-nos a esse momento catalisador produzido pela crise

do pós-guerra – verdadeiro cadinho para a fermentação das novas formas de comparativismo histórico.

Compreende-se perfeitamente que a época fosse propícia para quebrar os isolamentos propostos pelas histórias nacionais, pois, tal como se disse, foram precisamente essas perspectivas autocentradas que haviam dado origem aos processos históricos que conduziram ao confronto de nações que se consubstanciou na Primeira Grande Guerra, o primeiro conflito contemporâneo de grandes proporções que não se apresentava mais como localizado. Nessa esteira, para além dos caminhos apontados por Spengler e Pirenne, a contribuição mais substancial da história comparada ainda estava por se consolidar em uma quarta via, brilhantemente inaugurada por Marc Bloch na sua conferência de 1928. Antes de examiná-la, porém, será oportuno discutir uma outra contribuição que deixaria inúmeros frutos para as gerações seguintes de sociólogos e historiadores: a de Max Weber.

O sociólogo Max Weber (1864-1920) produziu importantes trabalhos – que hoje poderiam ser perfeitamente compreendidos como historiográficos – e imprimiu novo rumo à antiga linha de comparativismo que já vinha sendo elaborada pelas ciências sociais desde o século XIX. Com ele, nota-se um papel muito importante da historicidade, e é oportuno notar que nessa mesma linha de cuidadosa atenção aos conteúdos históricos também iremos encontrar pouco depois Norbert Elias (1897-1990).

Duas das obras de Max Weber podem ser tomadas como exemplificativas de encaminhamentos distintos do uso da comparação para examinar sociedades historicamente localizadas ou processos históricos. Em um primeiro grupo, seus estudos sobre a cidade correspondiam a um recorte transversal sobre o fenômeno urbano, considerando-o nas diversas épocas, de modo a construir “tipos ideais” de cidades que permitissem confrontar a cidade antiga, a cidade medieval e a cidade contemporânea (WEBER, 1966). Em um segundo grupo de usos do comparativismo, aparece como grande modelo o seu estudo sobre as relações da religião com o desenvolvimento do capitalismo, consolidado pela obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004). Nesse caso, a comparação buscava delimitar, através das diferenças, os elementos singulares presentes na formação e desenvolvimento do capitalismo. Confrontando os dois sistemas de uso do comparativismo, ambos presentes em Max Weber, o primeiro produzia “tipos ideais” dispostos em blocos de tempo – os períodos medieval, moderno, contemporâneo –, enquanto o segundo sistema de uso do comparativismo buscava examinar um processo específico, o da formação e desen-

volvimento do capitalismo na história ocidental, de modo a confrontá-lo com processos distintos no restante do mundo. Com relação ao comparativismo presente na *Sociologia da religião* (WEBER, 1968), deve ser aproximado do modelo oferecido pelo estudo das cidades.

A contribuição de Max Weber para o comparatismo histórico é primordial não apenas pela ampliação da perspectiva metodológica, mas também pelo rompimento das barreiras interdisciplinares que ela implica. Weber – sociólogo – faz-se na verdade historiador, e historiador de um novo tipo. A partir daqui poderemos observar com alguma frequência – e desde já será importante pontuar isto – que o campo de estudos da história comparada será freqüentado não apenas por historiadores profissionais de formação, mas também por sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, geógrafos, arquitetos e ecologistas, desde que adentrem esse novo campo de conexões munidos de uma perspectiva histórica bem definida. Mais adiante, quando enumerarmos como exemplos alguns trabalhos importantes de história comparada, encontraremos entre os seus autores intelectuais oriundos desses diversificados campos de formação, mas que de alguma maneira se fizeram historiadores. A história comparada, enfim, deverá ser pensada como território livre, que não pertence apenas a historiadores de formação e que não admite cercas. Para a história da formação desse campo interdisciplinar, certamente a contribuição de Max Weber mostrou-se pioneira. Paul Veyne, rendendo-lhe as devidas homenagens, assim se expressa relativamente sobre seu estudo *A cidade*:

A obra histórica mais exemplar de nosso século é a de Max Weber, que apaga as fronteiras entre a história tradicional, a sociologia e a história comparada [...] A cidade é um amplo estudo comparativo do habitat urbano através de todas as épocas e de todas as civilizações. Da comparação Weber extrai regras. (VEYNE, 1983, p. 45)

Com a obra de sociologia histórica produzida por Max Weber, completa-se o panorama inicial do comparativismo histórico. Mas a contribuição definitiva, tal como se disse, ainda estava por vir. Os caminhos até aqui examinados, na verdade, desenvolvem-se paralelamente à consolidação da primeira formulação mais sistemática de um método comparativo como parte do *metier* do historiador moderno: esta seria precisamente a contribuição de Marc Bloch (1886-1944), e aqui já poderemos efetivamente falar na constituição de uma história comparada no sentido em que entendemos hoje esse campo, pelo menos em uma de suas possibilidades.

MARC BLOCH E A SISTEMATIZAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO NA HISTÓRIA

A contribuição de Marc Bloch para a História comparada foi, já o dissemos, primordial – ou mesmo refundadora. Sua história comparada é antes de tudo uma “história comparada-problema”. Mas, para, além disso, Bloch teve grande importância como sistematizador do método comparativo de maneira geral, seja a partir de suas considerações teóricas – expressas em dois textos importantes (o de 1928 e o de 1930) –, seja a partir de suas realizações práticas. Será imprescindível compreender, nesse caso, o seu esforço de sistematização – este que hoje pode beneficiar os historiadores comparatistas de diversificadas vertentes.

Para melhor clarificar os conceitos fundacionais relacionados à questão da história comparada, de acordo com a via que se consolidaria a partir de Marc Bloch, convém antes de mais nada distinguir a “história comparada propriamente dita” – vista aqui como um campo intradisciplinar específico – do “comparativismo histórico”, em sentido mais amplo.

De um modo ou de outro, o historiador sempre utilizou a comparação como parte de seus recursos para compreender as sociedades no tempo, embora não necessariamente como um método sistematizado. De qualquer maneira, poderemos lembrar aqui a formulação de Paul Veyne, que retoma um pressuposto de Giambattista Vico e considera que “toda história é história comparada”.⁸ Sobre essa questão, diremos ser – mesmo quando nos referimos ao comparativismo como método – evidente que poderemos sempre atribuir um sentido mais específico ao “comparativismo histórico” como abordagem possível, e não como algo que estaria implícito a todo o “fazer histórico” consoante a fórmula enunciada por Veyne. “Comparar”, “elencar semelhanças e diferenças” e “estabelecer analogias” são naturalmente ações tão familiares ao historiador como contextualizar os acontecimentos ou dialogar com as suas fontes. Mas para falarmos em um “método comparativo” é preciso, tal como já pontuamos no início deste ensaio, ultrapassar aquele uso mais próximo da intuição e da utilização cotidiana da comparação para alcançar um nível de observação e análise mais profundo e sistematizado, para o qual “o que se pode comparar” e o “como se compara” tornam-se questões relevantes, fundadoras de um gesto metodológico.

Posto isto, já para definir a “história comparada” como um campo específico, consideraremos ainda que será preciso se ter em vista uma modalidade que não apenas lança mão do “comparativismo histórico” como método – por exemplo, como método aplicável à análise de determinados tipos de fontes ou séries de acontecimentos –, mas sim como uma modali-

dade que estabelece campos de trabalho ou de observação muito bem delineados. A história comparada, antes do mais, seria uma modalidade historiográfica que atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea. Para o caso daquele tipo de história comparada que coloca em confronto duas realidades nacionais diferenciadas, esses campos podem ter até suas bases já admitidas por antecipação, é verdade, mas sempre é bom se ter em vista que os universos a serem comparados nas ciências humanas são sempre, de algum modo, construções do próprio historiador ou do cientista social – não são necessariamente conjuntos já dados ou passíveis de serem admitidos previamente, frisaremos aqui.

Situados esses parâmetros iniciais, estaremos discorrendo a seguir sobre a história comparada como um campo histórico definido simultaneamente por um certo tipo de objetos – universos diferenciados postos em comparação e em iluminação recíproca – e por uma abordagem já específica, de modo que aqui a história comparada e o “comparativismo histórico” se encontrarão aqui em uma prática historiográfica bastante singular.

Retornemos por ora – no ponto em que havíamos interrompido a nossa narrativa sobre a constituição da história comparada como campo intradisciplinar – à emergência da motivação comparativista entre os historiadores do período entre-guerras. De maneira análoga a Henri Pirenne, Marc Bloch estava bastante interessado por volta dos anos 1930 em um programa que cuidasse de elaborar uma história comparada das sociedades européias – um programa que, se realizado, permitiria ao historiador um acesso efetivo às causas fundamentais que estavam na base das semelhanças e diferenças entre as diversas sociedades européias. Com essa modalidade de estudos que logo seria tão bem exemplificada com a instigante comparação entre as sociedades medievais inglesa e francesa a partir da obra *Os reis taumaturgos* (BLOCH, 1993), o intuito de Bloch era também o de liberar o historiador das fronteiras artificiais que até então vinham sendo delimitadas pelas clausuras nacionais e governamentais da velha história política no século XIX. Comparar, também aqui, era ver de uma nova maneira, ultrapassar condicionamentos que haviam sido impostos aos historiadores por mais de um século através de um paradigma historiográfico que se ancorava na moldura político-estatal monocentrada. Sobretudo, comparar era estabelecer uma comunicação possível entre as várias histórias que até então pareciam fundar-se no isolamento, e, nesse mesmo sentido, comparar trazia uma verdadeira esperança de comunicação entre os povos:

A história comparada, tornada mais fácil de se conhecer e de se utilizar, animará com seu espírito os estudos locais, sem os quais ela nada pode, mas que, sem ela, a nada chegariam. Numa palavra, deixemos, por favor, de falar eternamente de história nacional para história nacional, sem nos compreendermos (BLOCH, 1963, p. 40)

Em 1928, no Congresso Internacional de Historiadores de Oslo, Marc Bloch desenvolveria uma conferência – logo transformada em artigo – que objetivava refletir precisamente sobre as potencialidades do estudo comparado na história (BLOCH, 1963). No ano seguinte seria publicada a sua primeira realização nesse sentido: a obra *Os reis taumaturgos*. Será mais do que oportuno retomarmos as reflexões de Marc Bloch sobre o comparativismo histórico, pronunciadas no Congresso de Oslo.

Em primeiro lugar, Marc Bloch procura fixar os requisitos fundamentais sobre os quais poderia ser constituída uma história comparada que realmente fizesse sentido. Sua conclusão é a de que dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis: de um lado, uma certa similaridade dos fatos; de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que essa similaridade ocorria. A semelhança e a diferença, conforme se vê, estabelecem aqui um jogo perfeitamente dinâmico e vivo: sem analogias, e sem diferenças, não é possível se falar em uma autêntica história comparada.

De igual maneira, Bloch visualizou dois grandes caminhos que poderiam ser percorridos pelos historiadores dispostos a lançar mão do comparativismo na história. Seria possível comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, ou, ao contrário, sociedades com certa contigüidade espacial e temporal. No caso da comparação de sociedades distanciadas no espaço e no tempo tinha-se uma situação singular: a ausência de interinfluências entre as duas sociedades examinadas. Nesse caso, o trabalho consistiria basicamente na busca de analogias – situação para a qual poderemos exemplificar com a possibilidade de estabelecer uma comparação entre o que se poderia chamar de “feudalismo europeu” e o que poderia ser denominado “feudalismo japonês”, duas realidades afastadas no espaço, em uma época em que não poderiam transmitir influências uma à outra.⁹ Os riscos típicos desse caminho representado pela possibilidade de comparação entre sociedades não-contíguas é naturalmente o da falsa analogia ou do “anacronismo” – transplante de um modelo válido para uma época ou espacialidade social para um outro contexto histórico no qual o modelo não tenha sentido real, correspondendo apenas a uma ficção estabelecida pelo próprio historiador.

Quando nos referimos a “sociedades contíguas”, temos em vista que o próprio conceito de contigüidade muda de uma época em relação à outra. Na época da mundialização, e mais ainda, no período da globalização, duas sociedades afastadas espacialmente têm possibilidades imediatas de interinfluência, não correspondendo à situação estanque que se tinha nos períodos em que a comunicação era menos imediata. De igual maneira, cabe salientar que a comparação não precisa ser necessariamente entre realidades nacionais distintas, podendo corresponder também a ambientes sociais distintos, que se pretenda comparar.

Posto isso, consideraremos o segundo grande caminho apontado por Marc Bloch para uso da comparação histórica – na verdade aquele que ele mesmo preconizava como preferível. Trata-se aqui de comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, que exerçam influências recíprocas. A vantagem de comparar sociedades contíguas está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, inter-relações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos. Será importante ainda salientar que, para empreender esse caminho da história comparada que atua sob realidades históricas contíguas – por exemplo, duas realidades nacionais sincrônicas –, o historiador deve estar apto a identificar não apenas as semelhanças como também as diferenças. O exemplo mais concreto que Marc Bloch pôde oferecer dessa abordagem, já aplicada a uma investigação histórica específica, foi a sua primorosa obra *Os reis taumaturgos*. Ao mesmo tempo, o artigo teórico elaborado pelo historiador francês tornou-se uma espécie de pedra fundamental da história comparada, no qual já veremos claramente os caminhos privilegiados por Marc Bloch no interior dessa modalidade historiográfica em formação:

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum. (BLOCH, 1963, p. 19)

O que se realiza em *Os reis taumaturgos* senão esse modelo? Teremos aqui duas sociedades medievais vizinhas – a francesa e a inglesa –, ambas com um imaginário em comum e com repertórios de representações similares, que serão investigados pelo historiador à luz de um mesmo problema comum que os atravessa: o da crença popular no poder taumatúrgico de

seus reis. As duas sociedades se interinfluenciam; as duas cortes que se beneficiam das representações taumatúrgicas – a capetíngia na França e a plantageneta na Inglaterra – rivalizam-se uma com a outra, movimentam-se, mesmo, no contexto dessa iluminação e rivalidade recíprocas. O material histórico ajusta-se, portanto, ao caminho proposto pelo modelo preconizado por Bloch: duas sociedades sincrônicas que guardam entre si relações interativas, e que juntas oferecem uma visão clara de um problema comum que as atravessa. Sem uma ou outra, no mero âmbito de uma história nacional, não poderia ser compreendida a questão da apropriação política do imaginário taumatúrgico que se desenvolve nas monarquias européias, das origens em comum desse mesmo imaginário, das intertextualidades que se estabelecem, do confronto do modelo taumatúrgico com outros modelos de realeza. A história comparada das realezas francesa e inglesa através do imaginário taumatúrgico contribui, de algum modo, para compreender a Europa, atendendo a um projeto mais ambicioso que reage contra o aprisionamento do historiador, seja no particularismo local, seja nos modelos mais inflexíveis da história política de bases nacionais que grassava quase que exclusivamente na historiografia européia do século XIX.

Apesar da imprescindível pedra fundamental lançada por Marc Bloch, ainda teríamos de esperar algumas décadas por uma produção mais substancial de história comparada já sob a égide dos preceitos aqui mencionados por Bloch. Na verdade, os caminhos da história comparada no segundo pós-guerra produziram ainda poucas contribuições, muitas delas hoje questionáveis. A análise histórica marxista proposta por Stalin, por exemplo, almejava identificar uma única e necessária forma de sucessão de modos de produção e, portanto, conduzia a análise comparada com vistas a sustentar que as diversas sociedades se comportariam da mesma maneira no que concerne ao desenvolvimento dos processos históricos. Esse padrão de análise, naturalmente, trazia íntimas relações com um certo modo de exercer um controle sobre o pensamento de esquerda, de se apropriar desse mesmo pensamento para exercer um certo imperialismo soviético no contexto da Guerra Fria. Enxergar a realidade de modo diverso, na União Soviética stalinista, podia implicar sérias sanções ou mesmo a deportação para os campos prisionais situados na Sibéria. No contexto stalinista, portanto, pode-se dizer que um certo padrão de história comparada – atrelado a um resultado que de antemão já se esperava – atendia a claros propósitos de dominação. Trabalhar com a história comparada na Rússia stalinista estava longe de ser um exercício intelectual livre e descompromissado. Tinha-se aqui uma disciplina e um método que atendia a uma

determinada visão de mundo – um método que deveria prestar contas a uma certa maneira de conceber e comprovar a realidade histórica.

Obviamente que, se havia no lado soviético da Guerra Fria o uso do comparativismo histórico com fins de dominação e imposição de uma idéia preconcebida, também o lado americano produziria a sua contrapartida comparativista, com análogas intenções de forjar a idéia de um desenvolvimento único, só que de uma maneira que interessasse ao capitalismo internacional. O profeta do “comparativismo de mão-única”, nos Estados Unidos, foi Walt Whitman Rostow, um economista nascido em 1916. A história econômica proposta por Rostow amparava-se em modelos evolucionistas que buscavam comprovar a mesma seqüência de desenvolvimento em diferentes contextos, e para isso lhe valeria o comparativismo histórico.

Na verdade, Rostow concebeu sua teoria e sua prática metodológica precisamente como uma alternativa à proposição marxista mais linear acerca dos rumos da história. É, aliás, sintomático o título da obra em que procurou consolidar as suas reflexões econômicas: *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista* (ROSTOW, 1961).¹⁰ Para ele, partindo-se de uma “sociedade tradicional”, que a certa altura de seu desenvolvimento inicia o seu “arranque” (*take-off*) em direção a um estágio final de pleno desenvolvimento, haveria uma determinada seqüência de cinco etapas que teriam de ser percorridas por todas as sociedades que se mostrassem aptas a atingir o nível mais desenvolvido – a etapa da “era do consumo em massa” –, em que seria possível atingir finalmente o bem-estar social (o *welfare state*). Embora Rostow admita que cada sociedade é impelida a fazer as suas próprias escolhas – inexistindo sob esse prisma uma estrutura uniforme de desenvolvimento –, no entanto, todas as sociedades estariam enquadradas ao seu modo nas cinco etapas definidas. No fim das contas, o modelo de desenvolvimento proposto por Rostow mostra-se tão teleológico como o modelo tradicional do marxismo: o primeiro conduziria à vitória final do capitalismo como um estado de bem-estar; o segundo apontaria para a conquista do socialismo. Em um e outro – o marxismo stalinista que ambicionava submeter a história a uma fôrma forjada a golpes de martelo, e o capitalismo rostowiano que buscava acenar com promessas de bem-estar social para todos –, o comparativismo histórico era aqui posto a serviço de um determinado modelo que já vinha construído de antemão.

Mais ou menos pela mesma época – ou mais precisamente entre os anos 1950 e meados dos anos 60 –, os sociólogos e economistas cepalinos, entre os quais podemos citar Celso Furtado (1959 e 1961),¹¹ também se ocuparam em buscar através do comparativismo uma comprovação para

uma mesma seqüência de fatos que se queria sustentar como desenvolvimento único necessário, no caso relacionado aos diversos países latino-americanos.¹² Este e os dois exemplos anteriores explicitam um dos grandes riscos da história comparada: o de lançar mão do comparativismo para tentar forçar de qualquer maneira a identificação de uma determinada seqüência que já se tinha em vista antes de a pesquisa começar. Registraremos aqui esse aspecto, ao qual retornaremos na síntese de riscos e armadilhas típicas da história comparada.

De qualquer modo, a partir da segunda metade do século XX os estudos de história comparada já se mostram mais presentes, e frequentemente (mas nem sempre) já desvinculados dos projetos políticos de dominação ou das concepções históricas etnocêntricas. A partir daí esses estudos – ainda que sejam sempre relativamente raros em confronto com os recortes historiográficos tradicionais, habitualmente monocentrados em um país ou uma região específica – já existirão em quantidade mais expressiva, de modo que desde então já se pode discuti-los como realizações associadas a um campo histórico específico. Discutiremos a seguir algumas das combinações ou associações mais usuais da história comparada com outros campos intradisciplinares da história.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES: A HISTÓRIA COMPARADA E SUAS CONEXÕES COM OUTROS CAMPOS HISTÓRICOS

Antes de avançarmos na elaboração de um panorama exemplificativo das realizações pertinentes à história comparada, deveremos lembrar o que já foi dito: aqui teremos uma modalidade historiográfica que não admite cercas – que, de um lado, exige esforços interdisciplinares através de um constante diálogo com outros campos de saber e, de outro, abriga em suas fileiras de historiadores comparatistas as mais diversas formações, para além da formação histórica propriamente dita. Não será raro encontramos, entre as realizações concretas classificáveis no âmbito da história comparada, desde sociólogos de formação até cientistas políticos, geógrafos, economistas, antropólogos, para além dos próprios historiadores, certamente. A todos nos referiremos como historiadores comparatistas, sem restrições, ainda que ressaltemos eventualmente o diálogo interdisciplinar que se está estabelecendo. Na verdade, não importa muito se os pesquisadores e pensadores chegaram a esse campo histórico partindo da estação da história, da sociologia, da ciência política, da geografia, da lingüística, da análise literária. Uma vez aqui estabelecidos, eles passam a formar uma comunidade comum

de produtores de conhecimento que enfrentam os mesmos desafios e empregam procedimentos análogos.

Para além dos necessários diálogos interdisciplinares, a história comparada estabelece necessariamente conexões intradisciplinares – isto é, com outros campos da própria história. Não há possibilidade de definir uma obra exclusivamente no campo da história comparada, mas sim no âmbito de uma certa interconexão de campos históricos, entre os quais a história comparada e uma ou outra modalidade desempenham um papel preponderante, definidor de caminhos e instaurador de procedimentos. Por outro lado, em que pese o fato de que a história comparada pode se articular com qualquer tipo de modalidade historiográfica, pode-se admitir que a análise concomitante de distintas realidades nacionais, ou de qualquer outro tipo de realidades histórico-sociais comparáveis, aparece mais amiúde em associação a certos campos históricos específicos para os quais a avaliação comparativa – longe de corresponder a uma mera escolha associada a questões de recorte historiográfico – pode contribuir efetivamente para clarear reciprocamente duas realidades sociais ou nacionais.

Poderemos citar de início, a título exemplificativo, alguns estudos comparativos relacionados à história demográfica – uma modalidade da história para a qual freqüentemente o comparatismo histórico mostra-se não apenas oportuno, como necessário. Por vezes, só é realmente possível problematizar certos dados e quadros populacionais, em termos do que representam efetivamente seus índices demográficos, se cotejamos distintas regiões ou países. Dessa maneira, na demografia urbana, o que representa um determinado efetivo populacional identificado para certa cidade historicamente localizada se não o comparamos com as demais cidades de sua região e de sua época? Um número pouco significa se não for recolocado em um contexto sincrônico e diacrônico. O mesmo pode ser colocado para outros domínios contemplados pelos estudos de história demográfica. Para dar dois exemplos de estudos demográficos comparados no âmbito das pesquisas sobre a família, já se tornaram clássicas as obras de Laslett (1972) ou de John Hajnal (1965, p. 101-138), nas quais se busca estabelecer um quadro comparativo de diferentes tipos familiares, com vistas a melhor elaborar um panorama complexo do desenvolvimento familiar europeu.¹³

De maneira análoga, a história econômica é também pródiga de exemplos em que se tem o comparativismo histórico por uma espécie de linha mestra. Há mesmo uma certa polêmica entre os historiadores econômicos comparatistas e aqueles que investem na possibilidade de explicar um dado processo econômico apenas no interior de uma realidade nacional.

É precisamente contra esta última perspectiva que Sydney Pollard dirige a sua *Paceful Conquest* – um estudo global da industrialização europeia em que se pretende mostrar que um processo de industrialização nunca pode ser explicado em bases exclusivamente nacionais (POLLARD, 1981). De igual maneira, contrapor duas realidades econômicas sincrônicas pode mostrar em alguns casos a única maneira de se problematizar a economia em termos de alguma questão mais específica, tal como, por exemplo, ocorre com a questão das situações nacionais de desenvolvimento e subdesenvolvimento. De fato, a noção de economia nacional “desenvolvida” só adquire maior sentido ou alguma visibilidade quando a cotejamos com outras economias nacionais – e foi nessa direção que trabalharam historiadores como François Crouzet (1985), O’Brien & Keyder (1978) ou Maurice Lévy-Leboyer (1968) ao confrontarem, em estudos vários, os quadros econômicos de França e Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX.¹⁴

Nessa mesma direção, embora comparando um maior número de realidades nacionais, caminham alguns estudos como *O atraso econômico em perspectiva histórica*, de Alexander Gerschenkron. Tem-se aqui um tipo de história comparada bem de acordo com o padrão preconizado por Marc Bloch – ou seja, uma história comparada atravessada por um problema específico, no caso a questão do “atraso econômico” (GERSCHENKRON, 1968). De resto, é interessante refletir, a partir desse exemplo, sobre um segundo risco que pode rondar o comparatismo histórico – o de eleger entre os casos conhecidos um modelo paradigmático para a partir daí forçar a leitura dos demais casos em relação a esse modelo. Assim, durante muito tempo, os historiadores econômicos tomaram o modelo inglês de industrialização como paradigma generalizável, em relação ao qual todos os demais processos de industrialização deveriam ser comparados. É com vistas ao rompimento em relação a esse pressuposto que O’Brien construiu uma interpretação distinta, considerando o processo de industrialização da Inglaterra como caso único e colocando-o em contraste com o processo de industrialização francês (O’BRIEN & KEYDER, 1978). Guardemos este cuidado, para posterior discussão. A admissão de determinado modelo historicamente conhecido como um paradigma a iluminar os demais casos – uma escolha que por vezes se dá de forma inconsciente e em vista do simples fato de que o processo tornado modelo ocorreu pioneiramente – pode transformar a comparação em mera medida de distância dos diversos casos examinados em relação a um padrão acriticamente admitido. Isso pode não ser bom. Frequentemente não o é.

A história comparada também tem se conectado com a “história social”, aqui entendida em sentido restrito,¹⁵ particularmente no que se refere ao estudo de grupos sociais específicos, ou mesmo de sistemas sociais mais amplos. Apenas para dar um exemplo, citaremos a sensível difusão da história comparada, ou pelo menos do método comparativo, nos estudos sobre a escravidão na América – do que nos mostra uma excelente realização a obra coletiva coordenada por Eugene Genovese e Laura Foner sobre *A escravidão no Novo Mundo*, a partir de uma perspectiva de história comparada (GENOVESE & FONER, 1969).¹⁶ É ainda de autoria de Eugene Genovese um ensaio que se tornou um importante marco relacionado à reflexão teórica sobre o uso do comparativismo histórico para estudos da América Latina, e que se propõe a examinar precisamente o “foco comparativo no estudo da história da América Latina” (GENOVESE, 1971, p. 375-388).

Existem também aqueles domínios históricos que – seja por tradição, ou seja em vista de certas especificidades que os conformam – tendem a sintonizar-se bem adequadamente com a perspectiva comparatista. A “história urbana”, por exemplo, tem interagido com a perspectiva do comparativismo histórico desde os trabalhos pioneiros de Max Weber sobre a cidade – obra na qual o fenômeno urbano fora examinado em uma perspectiva diacrônica mais ampla que confrontava a cidade antiga, a cidade medieval e a cidade moderna – até obras mais recentes como a de Jean-Luc Pinol sobre a vida urbana na França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, examinando nesse caso um recorte restrito ao século XIX (PINOL, 1991).

Por outro lado, domínios como o da “história das relações internacionais”, em vista das próprias especificidades que lhes dão sentido, implicam necessariamente algum tipo de comparativismo. Ainda que o historiador não estabeleça necessariamente um duplo ou múltiplo campo de observações, e que esteja examinando as relações internacionais a partir de um único país, a própria idéia de relações que se estabelecem entre países distintos coloca necessariamente em jogo uma dinâmica comparativista. Destarte, será talvez necessário reservar a rubrica “história comparada” à história das relações internacionais para os casos em que se estabelece efetivamente o duplo foco.

A reflexão sobre as conexões possíveis da história comparada com outros campos intradisciplinares da história levam a pensar a questão da “escala”, conforme veremos mais adiante. Se a história comparada, em seu nascedouro, fora pensada em termos de escalas nacionais, ou civilizacionais em alguns casos, com o tempo a conexão com a história regional revelou

ser outra conquista. A aplicação do comparativismo às regiões, e a outras unidades espaciais-administrativas de menor extensão, revela mais uma vez que as possibilidades da história comparada não podiam se destinar a apontar apenas para possíveis comparações entre realidades nacionais distintas. Ao comparar duas ou mais “regiões” no interior de um mesmo circuito nacional, o historiador também pode estar se associando de algum modo à história comparada.

Como um exemplo entre outros, pode ser indicado o estudo de Moch e Tilly intitulado “Joining the urban world: occupation, family and migration in three French cities” (1985), que aborda com a perspectiva do comparativismo a ocupação urbana em três cidades distintas da França. Nota-se nesse tipo de estudo, naturalmente, a conexão mais habitual que pode surgir entre a história regional e a história comparada – sendo importante destacar que, em casos como este, ocorre a ultrapassagem da situação mais corriqueira de cotejamento de uma região específica com a realidade nacional que a abarca, para se investir então em uma comparação direta entre duas ou mais regiões no interior de um mesmo país. Na historiografia européia, é na tradição anglo-saxônica que encontraremos um maior número de trabalhos nessa direção (HAUPT, 1998, p. 207).

A variação na escala de comparação – os âmbitos civilizacional, nacional, regional, local, intra-urbano, e assim por diante – desemboca, por fim, na possibilidade de comparar grupos étnicos ou identitários, práticas culturais mais específicas, realidades literárias, havendo mesmo os trabalhos de historiografia comparada, como um campo a mais de interesses. Nesses casos, penetramos na interconexão entre a história comparada e a história cultural. Apontaremos como exemplo significativo de historiografia comparada a célebre obra de Hayden White intitulada *Meta-história* (1992), cujo objetivo é o de analisar quatro discursos historiográficos específicos (Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt) e quatro filosofias da história (Hegel, Marx, Nietzsche, Croce). Seria possível também, para ainda evocar um exemplo de historiografia comparada, examinar comparativamente grandes modelos historiográficos, confrontando-os por exemplo com o da historiografia ocidental.¹⁷

No quadro de conexões possíveis à história comparada, há que se mencionar ainda aquelas modalidades historiográficas em que, apesar de uma origem que parecia confiná-las nos quadros estreitos das realidades nacionais, mais tarde se mostraram também férteis campos de trabalho para a aplicação da perspectiva comparatista. Assim, abrindo-se a novas possibilidades que incluem a associação com a história comparada, uma

nova história política parece se colocar em franco contraste com relação à velha história política do século XIX – tradicional sustentáculo dos exacerbados nacionalismos contra os quais se havia se insurgido a perspectiva comparatista de autores como Marc Bloch. Encontraremos também aqui diversificadas propostas – desde as que buscam generalizações às que buscam especificidades no estudo dos grandes processos políticos.

Theda Skocpol (1979), por exemplo, retoma a linha de reflexão sobre as grandes revoluções da perspectiva de uma possível busca de generalizações. De um lado, compara entre si as grandes revoluções (francesa, russa, chinesa); de outro, confronta esses grandes e bem-sucedidos processos revolucionários com as revoluções fracassadas. Seu objetivo é chegar a um conjunto único de fatores que possa ser generalizável como quadro geral de condições necessárias e suficientes para a eclosão de revoluções. Com relação à metodologia comparatista utilizada, esta se ampara em um duplo jogo de comparações que terminam por se complementar na busca de diferenças e semelhanças: enquanto a comparação entre as revoluções bem-sucedidas e as fracassadas levam à identificação de semelhanças presentes no primeiro grupo, já a busca de diferenças nesse mesmo grupo conduzem à singularização de cada uma das grandes revoluções.

É também uma análise comparativa de processos políticos o que busca Barrington Moore em sua *Análise das ditaduras e democracias* (1966), contando-se em oito casos situados entre América, Europa e Ásia o seu universo comparativo. Por outro lado, são respostas a uma pergunta muito específica o que busca Reinhard Bendix (1966) em um estudo que busca compreender porque, entre outras civilizações surgidas historicamente, a civilização ocidental foi a única a gerar uma forma de legitimidade baseada no governo do povo. A comparação, então, dá-se em dois níveis: por um lado, confrontando à política ocidental outras realidades histórico-sociais; por outro, comparando dois sistemas alternativos, a monarquia hereditária e a soberania popular.

Ao mesmo tempo em que a história política comparada pode visar a generalizações ou à constituição de modelos unitários, o comparatismo também pode objetivar, ao contrário, a identificação das particularidades de cada processo. Rokkan (1999) – um cientista político norueguês que se enveredou pela história política e sempre se mostrou interessado na discussão teórica da história comparada – elabora o seu estudo sobre o desenvolvimento político da Europa precisamente no sentido da busca de diferenças que permitam estabelecer uma tipologia de modelos nacionais. Para tal, emprega habilmente a comparação tanto no sincrônico como no

âmbito diacrônico. De modo similar, são as complexidades e singularidades que busca em seu estudo sobre os partidos políticos europeus – mostrando como a dimensão da “classe social” não é mais do que um dos muitos aspectos que têm influído na formação dos partidos europeus, entre outros fatores que vão das divisões lingüísticas, religiosas, regionais e setoriais e lingüísticas. Esses diversos fatores, é o que sustenta Rokkan em um estudo também comparativo da história das formações partidárias, tendem a se sobrepor das maneiras mais diversas de modo a originar quadros politico-partidários que só podem ser compreendidos de uma perspectiva histórica e levando-se em conta o processo de formação do Estado nacional de cada país (ROKKAN, 1970).

Um último exemplo pertinente ao “político” permite registrar, com a obra de Marc Lazar (1992) sobre os partidos comunistas francês e italiano, a prática da história comparada voltada para uma das mais recentes temáticas e âmbitos conceituais da história política: as “Culturas Políticas”. Exemplo importante de ser pontuado, já que não teremos mais duas realidades nacionais ou duas regiões a comparar, mas sim duas realidades institucionais inseridas no interior de uma mesma “cultura política”.

Os exemplos até aqui arrolados, enfim, são meramente ilustrativos, no sentido de demonstrar os diversificados desenvolvimentos da História comparada. Nascida do anseio de comparar nações ou civilizações, com vistas a ultrapassar os limites estreitos da antiga história política ancorada nos nacionalismos que haviam conduzido a humanidade aos conflitos mundiais, a história comparada parece ter conquistado no decorrer de seu desenvolvimento uma gama bem maior de âmbitos passíveis de comparação: a região, os ambientes sociais, os processos econômicos ou políticos, as instituições, os repertórios do imaginário, ou mesmo, retomando um antigo gênero criado na antiguidade por Plutarco, as vidas comparadas.

COMPARATIVE HISTORY: REALIZATIONS AND ORIGINS OF A DISCIPLINARY FIELD

ABSTRACT

This article attempts to discuss some aspects related to the Comparative History – considered here as a specifically historiographical field – as also to discuss the possibilities and limits of a Comparative Method in History. After an initial discussion about the situation of Comparative History nowadays and some considerations about the origins of this historiographical modality, its definition and fundamentals, the text examine some types and possibilities of the historical comparativisms, discussing authors as Marc Bloch, Toynbee and Max Weber. The mainly purpose is to reach a delineation of this field of study.

KEY WORDS: comparative history, comparative method, history writing.

NOTAS

- 1 François Guizot ocupou o cargo de primeiro ministro da França entre 19 de setembro de 1847 e 23 de fevereiro de 1848. Antes, fora ministro da Instrução Pública.
- 2 Jules Michelet foi chefe da seção histórica dos Arquivos Nacionais na França.
- 3 Para além das disciplinas com ambições generalizadoras, o “comparatismo” era certamente inevitável em outras ciências humanas mais específicas, com base no fato mais evidente de que elas próprias se constituíram por vezes como campos de saber precisamente definíveis como “estudos da diferença” (a antropologia, a lingüística comparada). Em um texto publicado em junho de 1930 no *Bulletin du Centre International de Synthèse*, Marc Bloch perscruta as origens e significados da “comparação” no que se refere aos seus usos na história e nas ciências humanas, e lá registra a observação de que seria a lingüística “a primeira que elevou a comparação, originalmente inteiramente instintiva, à altura de um método racionalizável” (BLOCH, 1930).
- 4 Se quisermos remontar a outras experiências relacionadas com algum tipo de comparativismo histórico na história do mundo, poderemos ainda encontrar experiências notáveis. Um exemplo são as *Vidas paralelas* de Plutarco (46-125 d.C), um historiador e filósofo grego da Antiguidade que se dispôs a escrever biografias geminadas de ilustres personagens da Grécia Antiga e do Império Romano. O objetivo era perscrutar as influências dessas personalidades nos destinos da civilização greco-romana, identificando os valores que ambos os povos teriam em comum. A mais famosa das biografias paralelas de Plutarco buscou examinar as vidas de Alexandre e Júlio César (PLUTARCO, 2005).
- 5 Sintomática nessa direção é a afirmação de Robert Darnton, em uma entrevista de 1996, no qual o historiador americano observa que “a história comparada é mais falada do que realmente escrita” (PALLARES-BURKE, 2000).
- 6 O conceito de civilização é utilizado por Toynbee para definir um estágio superior a que determinada cultura conseguiu atingir, sendo importante ressaltar que o historiador inglês rompe com o uso etnocêntrico que vinha sendo impingido a esse conceito por intelectuais europeus que costumavam aplicar a palavra “civilização” apenas à cultura ocidental. Assim Toynbee asseverava que, das inúmeras culturas existentes (cerca de 650, segundo um estudioso da época no qual se baseara o historiador inglês), apenas algumas poucas tinham tido sucesso em alcançar o patamar de civilizações.
- 7 Ver ainda, para registro das histórias de civilizações posteriores à de Spengler e Toynbee, as obras de outros autores: Bagby (1958), Coulborn (1959), Quigley

(1961), Melko (1969). Numa perspectiva bem distinta, deve ser considerada a *Gramática das civilizações*, de Fernando Braudel, que não pode ser considerada sob o prisma da história comparada das civilizações, já que o que se realiza é uma superposição de histórias de civilizações (BRAUDEL, 1989).

- 8 Referindo-se a um outro âmbito de questões, também Witold Kula (1973, p. 571) ressalta a idéia de que nenhum trabalho científico, por limitado e monográfico que seja, pode dispensar totalmente o método comparativo, o que inclui a história.
- 9 Um exemplo de história comparada elaborada nessas bases está na pesquisa de Robert Darnton sobre a censura, que o historiador americano examina em três espaço-tempos bem diversificados: a França do Antigo Regime, a Índia britânica do século XIX e a Alemanha Oriental do século XX. Cf. "Entrevista com Robert Darnton" (PALLARES-BURKE, 2000).
- 10 O esquema histórico do desenvolvimento econômico do capitalismo industrial por "etapas" foi apresentado publicamente por Walter Whitman Rostow no Congresso Internacional de História Econômica em Estocolmo em 1960.
- 11 Celso Furtado foi diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal entre 1949 e 1957, e suas duas mais destacadas obras foram *Formação econômica do Brasil* (1951) e *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961). Ao lado de outros autores ligados à Cepal, como Fernando Henrique Cardoso, o que justifica a referência a Celso Furtado como importante para a questão do comparativismo nas ciências humanas e sociais foi o seu especial esforço em captar a especificidade das sociedades da América Latina, e da sociedade brasileira em particular, demonstrando como temos aqui desenvolvimentos histórico-sociais bem diferentes dos casos habitualmente "clássicos", as sociedades européias e a norte-americana. Enfim, busca-se aqui uma espécie de paradigma latino-americano. Sobre a Cepal, ver Bielschowsky (2000).
- 12 É interessante notar que, se, por um lado, Furtado busca contrastar o desenvolvimento das sociedades latino-americanas em relação à Europa e aos EUA, por outro, empenha-se em buscar o padrão único que abrangeria todas as sociedades latino-americanas.
- 13 Para um panorama geral de posições teóricas relativas à história da família, ver Smith (1993, p. 325-353).
- 14 Para outro recorte, pode-se citar ainda Cottareau (1989, p. 41-42).
- 15 Não nos referimos aqui à história social tomada como área de concentração mais abrangente, que pode abranger a economia, a cultura e a política sob o signo de que "toda história é social", e sim à história social que se define pelo estudo de objetos específicos como os grupos e classes sociais, as formas de sociabilidade, os movimentos sociais, os sistemas de dominação.
- 16 Ver ainda outro ensaio importante que pontua questões teóricas fundamentais diante de um objeto historiográfico específico, em Genovese (1971, p. 158-172).

17 Sobre esta questão, ver Rüsen (2006).

REFERÊNCIAS

AMERICAN HISTORY REVIEW, v. 84, n. 3, out. 1980.

BAGBY, Philip. *Culture and History: Prolegomena to the Comparative Study of Civilizations*. London: Longmans, 1958.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

BIELSCHWOSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Mélanges historiques*, Paris, tit. I, p. 15-50, [1928]1963.

_____. Comparaison. *Bulletin du Centre International de Synthèse*. Paris, n. 9, junho de 1930.

_____. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRAUDEL, Fernando. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

COTTEREAU, A. Problemes de conceptualisation comparative de l'industrialisation: l'exemple des ouvriers de la chaussure en France et en Gran-Bretagne" In: MAGRIL, S.; TOPALOV, C. (Orgs.). *Villes ouvrières, 1900-1950*. Paris: Harmattan, 1989.

COULBORN, Rushton. *The Origin of Civilized Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1959.

CROUZET, F. *De la supériorité de l'Angleterre sur le France: l'économique et l'imaginaire XVIII-XX siècles*. Paris: 1985.

DURKHEIM, Émile. *Regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FEBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1922.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GENOVESE, Eugene. The treatment of slaves in different countries: Problems in the Applications of the Comparative Method. In: _____. (Org.). *Red and Black*. New York: Pantheon Books, p. 158-172, 1971a.

_____. The Comparative Focus in Latin American. In: _____. (Org.). *Red and Black*. New York: Pantheon Books, 1971b. p. 375-388.

GENOVESE, Eugene; FONER, Laura (Orgs.). *Slavery in New World: a Reader in Comparative History*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

- HERSCHENKRON, Alexander. *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*. Barcelona: Ariel, 1968.
- HAJNAL, John. European Marriage Patterns in Perspective. In: GLASS, V.; EVERSLEY, D. E. C. (Orgs.). *Population in History*. Chicago: Aldine, p. 101-138, 1965.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1998.
- HERDER. *Herder on Social and Political Culture* (org.: F. M. Barnard). Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- HINTZE, Otto. *The Historical Essays of Otto Hintze* (org: Felix Gilbert). New York: Oxford University Press, 1974.
- HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.
- LASLETT, Peter. *Household and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- LAZAR. Marc. *Maison rouges: les partis communistes français et italien de la Libération à nous jours*. Paris: Aubier, 1992.
- LÉVY-LEBOYER. Les processus d'industrialisation: les cas de l'Angleterre et de la France. *Revue Historique*, v. 129, p. 281-298, 1968.
- MELKO, Matthew. *The nature of civilizations*. Boston: Porter Sargent, 1969.
- MOCH, L. P.; TILLY, L. Joining the urban world: occupation, family and migration in three French cities. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 27, 1985.
- MOORE, Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lords and peasants in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press, 1966.
- O'BRIEN, Patrick; KEYDER, Coglar. *Economic Growth in Britain and France, 1780-1914*. London: George Allen; Unwin, 1978.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (Org.). *As muitas faces da História*. São Paulo: Unesp, 2000.
- PINOL, Jean-Louis. *Le Monde des villes au XIX siècle*. Paris: Hachette, 1991.
- PIRENNE, Henri. *Historia de Europa, desde las invasiones al siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- POLLARD, Sydney. *Paceful Conquest*. Londres: Oxford University Press, 1981.
- PLUTARCO. *Vidas paralelas: Alexandre e César*. Porto Alegre: LPM, 2005.
- QUIGLEY, Carroll. *The Evolution of Civilizations: an introduction to historical analysis*. New York: Macmillan, 1961.

- ROKKAN, Stein. *State formation, nation building, and mass politics in Europe: the theory of Stein Rokkan*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- ROKKAN, Stein. *Citizen, Elections, Parties*. Oslo: Universitetsforlaget, 1970.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- SMITH, Adam. *Enquête sur la nature et les causes de la richesse des nations*. Londres: Oxford University, 1976.
- SMITH, D. S. The Curious History of Theorizing about the History of the Western Nuclear Family. *Social Science History*, v. 17, p. 325-353, 1993.
- SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. New York: A. A. Knopf, 1926-1928.
- TOYNBEE, Arnold. *Study of History*. London: Oxford University Press, 1934-1961.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1983.
- WEBER, Max. *The City*. New York: Paperback, 1966.
- _____. *Sociology of Religion*. Boston: Beacon Press, 1968.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.